



## Sumário

<b>LEI Nº. 2.978, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025 .....</b>	<b>2</b>
<b>LEI Nº. 2.977, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025 .....</b>	<b>2</b>
<b>LEI Nº. 2.976, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025 .....</b>	<b>3</b>
<b>LEI Nº. 2.975, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025 .....</b>	<b>3</b>
<b>LEI Nº. 2.974, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025 .....</b>	<b>4</b>
<b>LEI Nº. 2.973, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025 .....</b>	<b>4</b>
<b>LEI Nº. 2.972, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025 .....</b>	<b>5</b>
<b>EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PROCESSO</b>	
<b>ADMINISTRATIVO Nº 003/2025/SEMED .....</b>	<b>6</b>



## LEI Nº. 2.978, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar acordo de parcelamento de débitos do Município de Pinheiro/MA junto à EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **O**

**Prefeito Municipal de Pinheiro, CARLOS ANDRÉ COSTA SILVA, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI MUNICIPAL:**

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar acordo de parcelamento dos débitos do Município de Pinheiro/MA junto à concessionária de energia elétrica Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S/A, relativos ao fornecimento de energia elétrica para os órgãos e serviços públicos municipais. **Art. 2º.** O acordo de parcelamento a que se refere o artigo anterior deverá observar as seguintes condições:

4. O valor do débito a ser parcelado perfaz o montante de R\$ 4.794.556,21 (quatro milhões, setecentos e noventa e quatro mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte e um centavos) referente ao consumo de energia elétrica inadimplido vinculadas ao Município de Pinheiro/MA, **parceiro de negócio Nº 3142680, conforme descritos na planilha anexa.**

5. O débito será parcelado em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais no valor de R\$ 59.041,58 (cinquenta e nove mil, quarenta e um reais e cinquenta e oito centavos) que serão lançadas nas faturas mensais das Contas Contratos Coletivas vinculadas ao Município de Pinheiro/MA, levando em consideração a capacidade de pagamento do Município e as condições oferecidas pela concessionária de energia elétrica.

- O pagamento das parcelas iniciará no mês de novembro de 2025, sendo que as parcelas virão com a discriminação parcelamento nas faturas, proporcionalmente, oriundos de cada secretaria.

**Art. 3º.** O valor das parcelas estar compatível com a capacidade de pagamento do Município, de forma a não comprometer o equilíbrio financeiro das contas públicas, após detida análise técnica e financeira demonstrando a viabilidade do parcelamento e o impacto positivo na gestão fiscal do Município. **Art. 4º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 5º** Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revoga as disposições em contrário. **GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM PINHEIRO, ESTADO DO MARANHÃO, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2025, 203º DA INDEPENDÊNCIA, 169º DA FUNDAÇÃO E 136º DA REPÚBLICA.** **CARLOS ANDRÉ COSTA SILVA** Prefeito

Municipal de Pinheiro Registrada e Publicada na Secretaria Municipal de Governo em 02 de Dezembro de 2025. **CARLOS ANTÔNIO RAMALHO FERREIRA** Secretário Municipal de Governo

## LEI Nº. 2.977, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025

Cria o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) e dá outras providências **O Prefeito Municipal de Pinheiro,**

**CARLOS ANDRÉ COSTA SILVA, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI MUNICIPAL:**

**Art.1º.** Fica criado o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), de natureza contábil e financeira, vinculado à Secretaria Municipal de Turismo do Município de Pinheiro/MA, com o objetivo de captar, gerir e aplicar recursos destinados ao desenvolvimento e fomento da atividade turística no Município de Pinheiro. **Art. 2º.** Constituem recursos do FUMTUR:

1. Dotações orçamentárias consignadas no orçamento municipal e créditos adicionais;
2. Doações, legados, subvenções e outras contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
3. Recursos provenientes de convênios, acordos e contratos celebrados com órgãos e entidades públicas ou privadas;
4. Rendimentos de aplicações financeiras dos recursos do FUMTUR;
5. Outras receitas que lhe forem destinadas por lei.

**Art. 3º.** Os recursos do FUMTUR serão aplicados em:

1. Elaboração e implementação de planos, programas e projetos de desenvolvimento turístico;
2. Apoio a eventos turísticos, culturais e esportivos;
3. Melhoria da infraestrutura turística, incluindo sinalização, acessibilidade e segurança;
4. Capacitação de profissionais do setor turístico;
5. Divulgação e promoção do Município de Pinheiro/MA como destino turístico;
6. Apoio à comercialização de produtos e serviços turísticos locais;
7. Outras ações que contribuam para o desenvolvimento do turismo.

**Art. 4º.** A Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, juntamente com o Conselho Municipal de Turismo, exercerão o controle e a fiscalização da aplicação dos recursos do FUMTUR, sem prejuízo do controle interno a ser exercido pela Secretaria Municipal de Turismo e do controle externo a ser exercido pelo Tribunal de Contas do Estado. **Art. 5º.** O Conselho Municipal do FUMTUR elaborará e aprovará seu regimento interno, que disporá sobre sua organização, funcionamento



e competências. **Art. 6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário **GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM PINHEIRO, ESTADO DO MARANHÃO, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2025, 203º DA INDEPENDÊNCIA, 169º DA FUNDAÇÃO E 136º DA REPÚBLICA.**

**CARLOS ANDRÉ COSTA SILVA** Prefeito Municipal de Pinheiro Registrada e Publicada na Secretaria Municipal de Governo em 02 de Dezembro de 2025. **CARLOS ANTÔNIO RAMALHO FERREIRA** Secretário Municipal de Governo

## LEI Nº. 2.976, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025

Cria o Fundo Municipal de Urbanismo e Habitação (FUNDURB) e dá outras providências **O Prefeito Municipal de Pinheiro, CARLOS ANDRÉ COSTA SILVA, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI MUNICIPAL:** **Art.1º.** Fica criado o Fundo Municipal de Urbanismo e Habitação (FUNDURB), de natureza contábil e financeira, vinculado à Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação do Município de Pinheiro/MA, com o objetivo de captar, gerir e aplicar recursos destinados ao financiamento de projetos e ações de desenvolvimento urbano no Município de Pinheiro: **Art. 2º.** Constituem recursos do FUNDURB:

1. Dotações orçamentárias consignadas no orçamento municipal e créditos adicionais;
2. Doações, legados, subvenções e outras contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
3. Recursos provenientes de convênios, acordos e contratos celebrados com órgãos e entidades públicas ou privadas;
4. Rendimentos de aplicações financeiras dos recursos do FUNDURB;
5. Outras receitas que lhe forem destinadas por lei.

**Art. 3º.** Os recursos do FUNDURB serão aplicados em:

1. Elaboração e revisão do Plano Diretor e de outros instrumentos de planejamento urbano;
2. Execução de obras de infraestrutura urbana, como saneamento básico, pavimentação, iluminação pública e drenagem;
3. Implantação e revitalização de espaços públicos, como parques, praças e áreas de lazer;
4. Regularização fundiária de áreas de interesse social;
5. Produção de habitação de interesse social;
6. Preservação do patrimônio histórico e cultural;
7. Outras ações que contribuam para o desenvolvimento urbano sustentável.

**Art. 4º.** A Secretaria Municipal de Administração,

Planejamento e Finanças, juntamente com o Conselho Municipal de Urbanismo e Habitação, exercerão o controle e a fiscalização da aplicação dos recursos do FUNDURB, sem prejuízo do controle interno a ser exercido pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação e do controle externo a ser exercido pelo Tribunal de Contas do Estado. **Art. 5º.** O Conselho Municipal do FUNDURB elaborará e aprovará seu regimento interno, que disporá sobre sua organização, funcionamento e competências.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário. **GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM PINHEIRO, ESTADO DO MARANHÃO, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2025, 203º DA INDEPENDÊNCIA, 169º DA FUNDAÇÃO E 136º DA REPÚBLICA.** **CARLOS ANDRÉ COSTA SILVA** Prefeito Municipal de Pinheiro Registrada e Publicada na Secretaria Municipal de Governo em 02 de Dezembro de 2025. **CARLOS ANTÔNIO RAMALHO FERREIRA** Secretário Municipal de Governo

## LEI Nº. 2.975, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DA DISCIPLINA EMPREENDEDORISMO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA GRADE CURRICULAR DO 6º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL E ETAPAS FINAIS DA EJA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PINHEIRO **O Prefeito Municipal de Pinheiro, CARLOS ANDRÉ COSTA SILVA, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI MUNICIPAL:** **Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir a disciplina Empreendedorismo e Educação Financeira na grade curricular do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e etapas finais da EJA na Rede Municipal de Ensino de Pinheiro, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Base Nacional Comum Curricular e Documento Curricular do Território Maranhense. **§1º** - Entende-se por Empreendedorismo e Educação Financeira o aprendizado pessoal que, impulsionado pela motivação, criatividade e iniciativa, capacita para a descoberta vocacional, a percepção de oportunidades e a construção de projeto de vida. **§2º** - Caberá às escolas municipais incluírem a disciplina na sua grade curricular com o nome Empreendedorismo e Educação Financeira. **§3º** - Os temas de que trata o Art. 1º deverão ser abordados de forma transversal, integrados às diferentes disciplinas do currículo escolar, e adaptados às faixas etárias dos alunos. **§4º** - A disciplina deverá ser ministrada por professor qualificado com formação de ensino superior completo, que demonstrar conhecimento técnico na área, após avaliação da Secretaria Municipal de Educação, através de seletivo e/ou concurso público, permitida a contratação temporária de profissional habilitado enquanto não concluído certame. **Art. 2º** A Secretaria Municipal de Educação definirá as diretrizes



pedagógicas para a implementação desta Lei, incluindo:

1. a carga horária mínima a ser destinada aos temas de empreendedorismo e educação financeira;
2. os conteúdos a serem abordados em cada etapa;
3. a formação continuada dos professores para a abordagem dos temas.

**Art. 3º** - Compete a Secretaria Municipal de Educação, através da Supervisão Pedagógica, oferecer as orientações e condições necessárias para que os professores possam realizar o desenvolvimento da disciplina, bem como acompanhar e disseminar as atividades realizadas na rede de ensino. **Art. 4º** - Para atingir os objetivos previstos nesta lei, poderão ser celebrados convênios com órgãos públicos federais, estaduais, municipais, entidades da sociedade civil organizada e iniciativa privada, visando difundir a cultura empreendedora. **Art. 5º** - Na disciplina Empreendedorismo e Educação Financeira, a escola deverá atender aos seguintes preceitos:

1. Formação de alunos autônomos, éticos e responsáveis;
2. Noções de empreendedorismo, planos de negócios e educação financeira;
3. Identificação de oportunidades, preparação para o mercado de trabalho e primeiro emprego;
4. Orientação sobre a importância da escolaridade no mercado de trabalho;
5. Construção de competências profissionais, habilidades sociais e marketing pessoal;
6. Desenvolvimento de habilidades pessoais;
7. Motivação para superação de obstáculos e estímulo a criatividade;
8. Orientação vocacional e planejamento de carreira;
9. Orientação para a cultura empreendedora;
10. Ampliação da relação aluno, escola, família e comunidade.

**Art. 6º** - Será de responsabilidade do Poder Executivo, por meio de seu órgão competente, regulamentar e implementar ações pedagógicas que efetivamente garantam a inserção da disciplina Empreendedorismo e Educação Financeira. **Art. 7º** - As despesas oriundas da presente lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação suplementadas se necessário. **Art. 8º** - A Secretaria Municipal de Educação promoverá com autonomia a Feira Cultural Empreendedora, na semana que antecede o encerramento do ano letivo, com o objetivo de levar os entes envolvidos a avaliação dos trabalhos realizados por apreciação da comunidade. **Art. 9º** - A implantação da disciplina Empreendedorismo e Educação Financeira, torna-se facultativa às escolas da rede de ensino de Pinheiro. **Art. 10º** - O chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a praticar atos que regulamentem

esta Lei num prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sua publicação. **Art. 11º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM PINHEIRO, ESTADO DO MARANHÃO, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2025, 203º DA INDEPENDÊNCIA, 169º DA FUNDAÇÃO E 136º DA REPÚBLICA.**

**CARLOS ANDRÉ COSTA SILVA** Prefeito Municipal de Pinheiro Registrada e Publicada na Secretaria Municipal de Governo em 02 de Dezembro de 2025. **CARLOS ANTÔNIO RAMALHO FERREIRA** Secretário Municipal de Governo

## LEI Nº. 2.974, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025

MODIFICA A LEI 2.700/2017, QUE ESTABELECE AS CORES A SEREM UTILIZADAS NA PINTURA DOS BENS PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

**O Prefeito Municipal de Pinheiro, CARLOS ANDRÉ COSTA SILVA, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI MUNICIPAL:**

**Art.1º.** Fica alterado o artigo 1º da Lei Municipal nº 2.700 de 17 de julho de 2017, passando a ter a seguinte redação: **Art. 2º.** Nas pinturas dos bens públicos municipais, móveis e imóveis, documentos oficiais e propagandas institucionais, símbolos, uniforme e fardamentos, serão utilizadas, preferencialmente, as cores dominantes na Bandeira do Município de Pinheiro/MA, podendo, ainda, constar as cores da bandeira do Estado do Maranhão e da bandeira do Brasil. **Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. **GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM PINHEIRO, ESTADO DO MARANHÃO, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2025, 203º DA INDEPENDÊNCIA, 169º DA FUNDAÇÃO E 136º DA REPÚBLICA.** **CARLOS ANDRÉ COSTA SILVA** Prefeito Municipal de Pinheiro Registrada e Publicada na Secretaria Municipal de Governo em 02 de Dezembro de 2025. **CARLOS ANTÔNIO RAMALHO FERREIRA** Secretário Municipal de Governo

## LEI Nº. 2.973, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025

INSTITUI A LOTERIA MUNICIPAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO - MA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **O Prefeito Municipal de Pinheiro, CARLOS ANDRÉ COSTA SILVA, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI MUNICIPAL:** **Art. 1º.** Fica instituída a Loteria Municipal do Município de Pinheiro - MA, com o objetivo de explorar, diretamente ou por meio de concessão, as modalidades lotéricas e de jogos de aposta autorizadas por Lei Federal. **Art. 2º.** O Município de Pinheiro - MA será o responsável pela regulamentação, controle e fiscalização da Loteria Municipal, podendo





delegar, mediante concessão, a operação do serviço lotérico a empresas especializadas, respeitando as diretrizes da legislação federal. **Art. 3º.** A concessão dos serviços lotéricos poderá ser feita mediante licitação, na modalidade de concorrência, conforme as disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos). A concessão terá prazo de até 35 anos, podendo ser renovada, conforme interesse público.

**Art. 4º.** Os recursos arrecadados com a exploração da Loteria Municipal serão destinados, prioritariamente, às seguintes áreas:

1. Saúde Pública;
2. Educação;
3. Segurança Pública;
4. Assistência Social;
5. Cultura e Esportes.

**Art. 5º.** A prestação dos serviços lotéricos será sujeita à incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme definido na legislação municipal vigente, com alíquota sobre a receita bruta da operação.

**Art. 6º.** O Poder Executivo Municipal, através de decreto, regulamentará as condições de operação da Loteria Municipal, incluindo, mas não se limitando a:

1. As modalidades de jogos e apostas a serem exploradas, observando a legislação federal aplicável e a competência municipal;
2. A definição das regras de cada modalidade, incluindo valores de apostas, prêmios, planos de sorteio e destinação dos recursos arrecadados;
3. A forma de apuração e pagamento dos prêmios;
4. Os requisitos de segurança e transparência das operações;
5. As regras de fiscalização e controle.
6. Os requisitos de governança e transparência, os mecanismos de prevenção de vícios de jogo e proteção de menores e vulneráveis.
7. O fomento à geração de empregos e renda no Município, através da cadeia produtiva dos jogos e apostas e dos investimentos realizados com os recursos arrecadados.
8. A promoção do desenvolvimento econômico local, incentivando iniciativas e projetos que beneficiem diretamente a comunidade.
9. A complementação, por meio de decreto, dos demais aspectos necessários à execução desta Lei e a regulamentação das matérias nela omissas, desde que observados os limites da legislação federal e estadual aplicável.

**Art. 7º.** A fiscalização da operação da Loteria Municipal caberá a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, que poderá celebrar convênios com entidades públicas ou privadas para assegurar o

cumprimento das normas estabelecidas nesta Lei. **Art. 8º.** O município, por meio da Controladoria Geral do Município, realizará auditorias periódicas na operação dos serviços lotéricos, visando garantir a transparência e a legalidade na gestão dos recursos arrecadados. **Art. 9º.** O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 dias, contados da data de sua publicação. **Art. 10.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrários. **GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM PINHEIRO, ESTADO DO MARANHÃO, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2025, 203º DA INDEPENDÊNCIA, 169º DA FUNDAÇÃO E 136º DA REPÚBLICA. CARLOS ANDRÉ COSTA SILVA** Prefeito Municipal de Pinheiro Registrada e Publicada na Secretaria Municipal de Governo em 02 de Dezembro de 2025. **CARLOS ANTÔNIO RAMALHO FERREIRA** Secretário Municipal de Governo

## LEI Nº. 2.972, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **O Prefeito Municipal de Pinheiro, CARLOS ANDRÉ COSTA SILVA, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI MUNICIPAL:** **Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do exercício de 2025, aprovado pela Lei Municipal nº 2.949, de 20 de dezembro para o exercício de 2025, no valor de R\$ 315.000,00 (Trezentos e quinze mil reais). **ENTIDADE: 02 - PODER EXECUTIVO ORGÃO: 0239 - FUNDO MUNICIPAL DE POLITICAS PENAIIS PROGRAMA: 0338 - GESTÃO DE POLITICAS PENAIIS NO MUNICIPIO PROJETO/ATIVIDADE: 04 122 0338 2023 0000 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PENAIIS DO MUNICIPIO DE PINHEIRO**

3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado	25.000,00
3.3.90.14.00 Diárias - Civil	2.500,00
3.3.90.30 - Material de Consumo	25.000,00
3.3.90.32.00 Material, bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	5.000,00
3.3.90.33.00 Passagens e Despesas com Locomoção	2.500,00
3.3.90.36 - Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Física	5.000,00
3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica	50.000,00
4.4.90.51- Obras e Instalações	100.000,00
4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente	100.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>315.000,00</b>

**Art. 2º** - A cobertura do Crédito Adicional Especial a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação de valor constante na dotação, totalizando R\$ 315.000,00 (Trezentos e quinze mil reais) conforme quadro abaixo: **ENTIDADE: 02 - PODER EXECUTIVO ORGÃO: 99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA PROGRAMA: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA PROJETO/ATIVIDADE:**



## 99.999.9999.0999.0000 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA.

9.9.99.99.00 - Reserva de Contingência	-315.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>-315.000,00</b>

**Art. 3º** - Fica modificado o Plano Plurianual - PPA 2022/2025 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2025, nos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1.º e 2.º desta Lei. **Art. 4º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. **GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM PINHEIRO, ESTADO DO MARANHÃO, AOS 24 DIAS DE NOVEMBRO DE 2025, 203º DA INDEPENDÊNCIA, 169º DA FUNDAÇÃO E 136º DA REPÚBLICA. CARLOS ANDRÉ COSTA SILVA** Prefeito Municipal de Pinheiro Registrada e Publicada na Secretaria Municipal de Governo em 24 de Novembro de 2025. **CARLOS ANTÔNIO RAMALHO FERREIRA** Secretário Municipal de Governo

### EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2025/SEMED

**INTERESSADO:** Secretaria Municipal de Educação - SEMED. **OBJETO:** Celebração de parceria com Organização da Sociedade Civil (OSC) para a execução de programa de formação inicial e continuada (Graduação,

Pós-Graduação e Mestrado) para 320 profissionais da Rede de Educação Básica do Município de Pinheiro - MA. **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL SELECIONADA:** INSTITUTO LUSÓFONO DE EDUCAÇÃO E SERVIÇOS - ILUSES, CNPJ nº 09.077.993/0001-74. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 30, inciso VI (atividades vinculadas a serviços de educação) e Art. 31 (inviabilidade de competição) da Lei Federal nº 13.019/2014, e Decreto Municipal nº 024/2025. **JUSTIFICATIVA RESUMIDA:** A escolha da instituição fundamenta-se na inviabilidade de competição, dada a sua expertise singular na área educacional, a existência de parcerias estratégicas com instituições de ensino superior nacionais e internacionais que garantem a oferta de todos os níveis de formação pretendidos, e a apresentação de um modelo de execução adaptado à realidade dos profissionais da rede municipal, tornando sua proposta única. **VALOR TOTAL DA PARCERIA:** R\$ 10.080.000,00 (dez milhões e oitenta mil reais). **PRAZO DE EXECUÇÃO:** 36 (trinta e seis) meses. **PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO:** Nos termos do § 2º do Art. 32 da Lei nº 13.019/2014, eventuais impugnações à presente justificativa deverão ser apresentadas no prazo de **5 (cinco) dias**, a contar da data desta publicação, e protocoladas na sede da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia. Pinheiro - MA, 02 de dezembro de 2025. **JOSÉ ARLINDO SILVA SOUSA** Secretário Municipal de Educação



# Diário Oficial

MUNICÍPIO DE PINHEIRO - MA



Publicações do Dia 08/12/2025 | VOL. 1 - Nº. 0201/2025 | ISSN - 3086-0121

**ESTADO DO MARANHÃO**

**DIÁRIO OFICIAL**

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO-MA**

**GABINETE DO PREFEITO**

**Carlos Andre Costa Silva**

**PREFEITO**

**Responsável pelas publicações**

**JESIVALDO RIBEIRO CARVALHO**

Designado pela Portaria No. 068/2025

Prefeitura Municipal de Pinheiro

CNPJ: 06.200.745/0001-80

Endereço: Praça José Sarney, s/nº, Centro, Pinheiro/MA – CEP: 65.200-000

E-mail: [ouvidoriapref@pinheiro.ma.gov.br](mailto:ouvidoriapref@pinheiro.ma.gov.br)

Site: [www.pinheiro.ma.gov.br](http://www.pinheiro.ma.gov.br)



Assinado digitalmente por MUNICIPIO DE PINHEIRO:06200745000180  
/C=BR/ST=MA/L=Pinheiro/O=ICP-Brasil/OU=Certificado Digital PJ  
A1/OU=Presencial/OU=32705962000132/OU=AC SyngularID Multipla/CN=MUNICIPIO DE  
PINHEIRO:06200745000180  
Localização: Pinheiro  
Data: 2025-12-08 22:00:01